

PARECER Nº , DE 2014

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 4, de 2013, dos Jovens Senadores Jhenifer Mezzomo Spagnol, Antonio Victor Cardoso da Silva, Daniela Moro e Danielle dos Santos Araújo, que “institui o Sistema de Avaliação Mérito do Ensino Médio (MDEM), destinado ao ingresso nas universidades federais”.

RELATORA: Senadora ANGELA PORTELA

I – RELATÓRIO

Chega para exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Sugestão (SUG) nº 4, de 2013, oriunda do Projeto Senado Jovem Brasileiro, que visa a instituir sistema de avaliação de mérito para utilizar o desempenho acadêmico no ensino médio como um dos critérios para ingresso no ensino superior.

Como requisito para participar desse modelo de seleção, os estudantes deverão ter cursado todo o ensino médio em escolas públicas e obtido, no mínimo, 70% da média do valor total da nota de cada disciplina.

Nos termos da SUG, a nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) corresponderá a 85% da exigência para ingresso na universidade. Os demais 15% virão da média das notas obtidas ao longo dos três anos do ensino médio.

O último artigo da proposição estabelece que a lei em que a SUG vier a se transformar entrará em vigor após decorridos 720 dias da data de sua publicação.

Na justificação, os autores argumentam que o sistema proposto tem o mérito de motivar os estudantes a estudar mais durante o ensino médio, além de privilegiar aqueles com maior dedicação aos estudos.

A proposta foi aprovada pelo Senado Jovem em sessão plenária realizada no dia 20 de novembro de 2013, e encaminhada a esta Comissão com base na Resolução nº 42, de 2010.

II – ANÁLISE

Nos termos do parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, tem tratamento de sugestão legislativa prescrito no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal a proposição aprovada por jovens senadores. Restam, portanto, atendidos os pressupostos regimentais para admissibilidade da SUG nº 4, de 2013.

A questão do ingresso no ensino superior é um dos assuntos mais mal resolvidos da educação brasileira. Nele se conjugam variáveis sociais, culturais e econômicas que fazem com que parcela significativa dos jovens em situação de ingressar num curso superior não o faça.

Ao longo da segunda metade do século XX, o vestibular consolidou-se como a regra geral para seleção dos ocupantes das poucas vagas oferecidas pelas instituições públicas e privadas. Seu caráter excludente, no entanto, sempre foi bastante denunciado, o que levou à criação de outros sistemas de ingresso como o Programa de Avaliação Seriada (PAS) da Universidade de Brasília (UnB) e, mais recentemente, à utilização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Apesar dessas inovações, algo permaneceu intocado: a influência que os exames de seleção exercem sobre o ensino médio, direcionando seu currículo e restringindo o ensino ao treinamento para “gabaritar” a prova de ingresso na universidade. O resultado disso tudo é o que se convencionou chamar de “decoreba”, no qual o que menos importa é a capacidade de raciocínio e o que se valoriza é a memorização.

A SUG dos jovens senadores quer ser um primeiro passo para inverter essa lógica. Ela pretende valorizar a experiência do ensino médio, na medida em que propõe utilizar o desempenho acadêmico nesse nível de ensino como um dos critérios para ingresso na universidade.

Dessa forma, a nova sistemática faz justiça aos estudantes que mais se dedicam aos estudos, além de reduzir o peso exclusivo da nota do Enem. Ademais, é de esperar que provoque uma revalorização do ensino médio, tendo em vista a importância que ele passará a ter na definição do futuro acadêmico do estudante.

Por essas razões, julgamos meritória a sugestão dos jovens senadores e concordamos com a sua transformação em projeto de lei do Senado (PLS). Às comissões para as quais a proposição vier a ser distribuída caberá apreciar outros elementos concernentes ao tema, bem como promover a adequação da matéria ao ordenamento jurídico, se necessário. Por fim, aproveitamos a oportunidade que a análise nesta CDH proporciona para fazer pequenos ajustes ao texto, na forma da minuta de PLS que segue anexa.

III – VOTO

Em face do exposto, votamos pela **aprovação** da Sugestão nº 4, de 2013, nos termos do seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2014

Institui o Sistema de Avaliação de Mérito do Ensino Médio para ingresso na educação superior pública.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Sistema de Avaliação de Mérito do Ensino Médio para a seleção de estudantes pelas instituições federais de ensino superior.

Art. 2º A nota para classificação dos estudantes com vistas ao ingresso em instituição federal de ensino superior será atribuída da seguinte forma:

I –oitenta e cinco por cento relativos à nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM);

II – quinze por cento relativos à média das notas obtidas ao longo do ensino médio.

Art. 3º Para concorrer a uma vaga pelo sistema instituído por esta Lei, o aluno deverá ter cursado todo o ensino médio em escolas públicas e obtido média de, pelo menos, setenta por cento da nota de cada disciplina.

Art. 4º Para os fins do disposto nesta Lei, serão avaliadas as seguintes disciplinas:

- I – Português;
- II – História;
- III – Geografia;
- IV – Matemática;
- V – Física;
- VI – Química;
- VII – Biologia;
- VIII – Filosofia;

- IX – Sociologia;
- X – Língua Estrangeira;
- XI – Educação Física.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro do segundo ano subsequente ao de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Esta proposição tem por objetivo principal facilitar o ingresso dos alunos de escolas públicas na educação superior. Para tanto, serão utilizadas também como critério de seleção as notas das disciplinas cursadas durante o ensino médio, além das notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

A nota final de cada candidato, com base em nossa proposta, será constituída por oitenta e cinco por cento da nota obtida no Enem, mais quinze por cento relativos à média das notas obtidas ao longo do ensino médio.

Nossa proposta visa, ainda, a motivar os estudantes a se dedicarem mais aos estudos durante todo o período escolar. Vale também ressaltar que é uma forma de harmonizar o ambiente de ensino, pois com os estudantes motivados, algumas dificuldades hoje enfrentadas nas salas de aula seriam sanadas. Julgamos que problemas como a falta de disciplina, por parte dos alunos, e a má formação, por parte de professores, receberiam um olhar mais atento, caso os resultados escolares tivessem impacto nas condições de ingresso ao ensino superior. Ademais, sendo avaliados ao

longo do processo, os estudantes iriam mais calmos para a avaliação, aumentando as chances de sucesso.

Assim, tendo em vista a importância desta matéria para a formação de profissionais e para a democratização do acesso ao ensino superior, solicitamos dos nobres pares a sua aprovação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora